



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CAMPUS SANTA TERESA

**ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 DO OBJETO**

1.1 O presente termo de referência tem por objetivo a aquisição de material de consumo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	IDENT. CATMAT	UND.	QUANT.	VALOR UNIT. MÁXIMO	VALOR TOTAL MÁXIMO
1.	Cal virgem, com 95% CaO, saco com 20kg.	16322	Saco	110	R\$ 33,95	R\$ 3.734,50
2.	Calcário calcítico, PRNT acima de 90%, saco de 50 kg.	457959	Saco	150	R\$ 113,40	R\$ 17.010,00
3.	Calcário dolomítico, PRNT acima de 90%, saco de 50 kg.	402953	Saco	500	R\$ 50,35	R\$ 25.175,00
4.	Fertilizante Ácido Bórico, solúvel em água para aplicação via fertirrigação, com mínimo 16% B, Natureza Física: granular ou em pó. Pureza: 99% Apresentação: saco com 25 kg.	298967	Saco	40	R\$ 246,51	R\$ 9.860,40
5.	Fertilizante cloreto de potássio (branco), com mínimo de 60% de K <sub>2</sub> O, com elevada solubilidade para aplicação em fertirrigação, saco de 25 kg.	452057	Saco	30	R\$ 287,25	R\$ 8.617,50
6.	Fertilizante cloreto de potássio, com mínimo de 60% de K <sub>2</sub> O, granulado, saco de 50 kg.	319141	Saco	50	R\$ 346,21	R\$ 17.310,50
7.	Fertilizante contendo 19% de nitrogênio nítrico, 4% de P <sub>2</sub> O <sub>5</sub> e 19% de K <sub>2</sub> O, granulado,	468271	Saco	160	R\$ 315,01	R\$ 50.401,60

	saco de 50 kg.					
8.	Fertilizante contendo 25% de nitrogênio, 5% de $P_2O_5$ e 20% de $K_2O$ , granulado, saco de 50 kg.	252968	Saco	100	R\$ 328,21	R\$ 32.821,00
9.	Fertilizante contendo 4% de nitrogênio, 14% de $P_2O_5$ e 8% de $K_2O$ , granulado, saco de 50 kg.	252689	Saco	20	R\$ 301,81	R\$ 6.036,20
10.	Fertilizante contendo 4% de nitrogênio, 30% de $P_2O_5$ e 10% de $K_2O$ , granulado, saco de 50 kg.	252884	Saco	140	R\$ 309,19	R\$ 43.286,60
11.	Fertilizante contendo 8% de nitrogênio, 28% de $P_2O_5$ e 16% de $K_2O$ , granulado, saco de 50 kg.	252970	Saco	140	R\$ 326,21	R\$ 45.669,40
12.	Fertilizante fosfato monoamônico (MAP), com mínimo de 48% de $P_2O_5$ e 9% de nitrogênio, granulado, saco de 50 kg.	296908	Saco	60	R\$ 327,01	R\$ 19.620,60
13.	Fertilizante nitrato de magnésio, com mínimo de 10% de nitrogênio e 9% de magnésio, com elevada solubilidade para aplicação em fertirrigação, saco de 25 kg.	407684	Saco	20	R\$ 335,21	R\$ 6.704,20
14.	Fertilizante sulfato de amônio, com mínimo de 20% de nitrogênio e 24% de enxofre, em pó, saco de 50 kg.	270800	Saco	100	R\$ 289,21	R\$ 28.921,00
15.	Fertilizante Sulfato de cobre, solúvel em água para aplicação via fertirrigação, com pelo menos 24% Cu Apresentação: saco com 25 kg.	69779	Saco	40	R\$ 446,21	R\$ 17.848,40
16.	Fertilizante Sulfato de manganês, solúvel em água para aplicação via fertirrigação, com pelo menos 25% Mn Apresentação: saco com 25 kg.	298969	Saco	40	R\$ 354,21	R\$ 14.168,40

17.	Fertilizante Sulfato de Zinco, solúvel em água para aplicação via fertirrigação, com pelo menos 20% Zn Apresentação: saco com 25 kg.	298970	Saco	40	R\$ 329,21	R\$ 13.168,40
18.	Fertilizante super fosfato simples, com mínimo de 18% de $P_2O_5$ , granulado, saco de 50 kg.	240654	Saco	100	R\$ 297,21	R\$ 29.721,00
19.	Fertilizante uréia agrícola, com mínimo de 44% de nitrogênio, granulada, saco de 50 kg	223920	Saco	300	R\$ 333,81	R\$ 100.143,00
20.	Fertilizante uréia agrícola, com mínimo de 44% de nitrogênio. Seus grânulos são tratados com compostos a base de cobre e boro, inibindo a atividade da enzima <i>urease</i> , reduzindo as perdas de nitrogênio por volatilização. Saco de 50 kg.	304569	Saco	120	R\$ 344,21	R\$ 41.305,20
21.	Gesso agrícola, resultante da produção de fertilizantes fosfatados, umidade máxima de 17%, com mínimo de 17% de cálcio, 25% de enxofre e 0,6% de $P_2O_5$ , formulação farelada, saco de 50 kg.	150961	Saco	300	R\$ 82,62	R\$ 24.786,00
22.	Substrato agrícola para produção de mudas de olerícolas. Composto por fibra e pó de coco, além de agregantes como casca de pinus, vermiculita, casca de arroz e nutrientes. Apresenta elevada porosidade e pH entre 6,0 e 6,5. Saco de 25 kg.	466798	Saco	50	R\$ 136,56	R\$ 6.828,00
23.	Isca formicida princípio ativo sulfluramida, concentração 0,3 %, na forma de grânulos. Pacote de 500 g	388005	Pacote	120	R\$ 14,30	R\$ 1.716,00
24.	Isca Lesmicida princípio ativo, Metaldeído 5%p/p, Amargante e Atrativos 95%	380190	Pacote	100	R\$ 54,93	R\$ 5.493,00

	p/p, na forma de grânulos. Pacote de 250 g.					
25.	Mosquicida com atrativo sexual para uso em instalações rurais. Formulação: Cada 100 g do produto contem Thiamethoxan 10,0 g, Z-9 – Tricozene (atrativo sexual) 0,05 g, veículo q.s.p 100,0 g, na forma de grânulos. Frasco com 100 g.	406163	Frasco	20	R\$ 109,67	R\$ 2.193,40
26.	Ectoparasiticida para desinsetização de instalações rurais a base de Fipronil. Utilizado no controle de formigas e cupins. Frasco com 500 ml e com aplicador (pulverizador).	440988	Frasco	30	R\$ 61,53	R\$ 1.845,90
27.	Herbicida não seletivo de ação sistêmica. Formulação concentrado solúvel. Composição sal de Isopropilamina de N - (fosfometil) glicina (Glifosato) 480g/l. Equivalente ácido de Glifosato 360g/l. Ingredientes inertes 676,2 g/l. Aplicação em pós-emergência. Balde de 20 litros. Similar ao Roundup.	379963	Balde	20	R\$ 2.138,57	R\$ 42.771,40
28.	Herbicida seletivo de ação sistêmica do grupo químico Sulfonilureia. Formulação Granulado Dispersível (WG). Composição Methyl2 benzoate(METSULFUROMME TÍLICO) 600 g/kg (60 % m/m). Outros Ingredientes 400 g/kg (40 % m/m). Aplicação em pós-emergência. Pacote com 10 gramas. Similar ao Nufuron.	5339	Pacote	100	R\$ 54,82	R\$ 5.482,00
29.	Herbicida seletivo sistêmico para controle de Digitaria	390763	Litro	70	R\$ 18,10	R\$ 1.267,00

	insularis. Grupo químico: oxima ciclohexanodiona. Composição: Cletodim 120 g/l; outros ingredientes 810 g/l. Formulação concentrado emulsionável. Deve apresentar adjuvante em sua composição. Embalagem de 5 litros. Similar ao Select One Pack.					
30.	Herbicida seletivo de pré-emergência grupo químico s-metolaclo-ro cloroacetanilida. Composto por: S-METOLACLO-RO 960 g/L (96% m/v); Solvente Nafta de Petróleo 46,2 g/L (4,62% m/v); Outros Ingrediente 150 g/L (15% m/v). Tipo de formulação: concentrado emulsionável (EC). Similar ao Dual Gold.	346127	Litro	50	R\$ 18,10	R\$ 905,00
31.	Semente de milho híbrido. Características Agronômicas: Ciclo precoce, porte da planta 2,2m a 2,67m, inserção da espiga 1,31m a 1,79, tipo do grão semidentado amarelo, específico para produção de silagem. Deve apresentar alto potencial de produção de matéria seca e de proteína bruta (acima de 8,4% na planta inteira e na espiga acima de 7,5%), NDT acima de 68,1% (planta inteira). Deve apresentar tolerância a insetos da ordem Lepidóptera e ao herbicida a base de Glifosato. Saco com 60.000 sementes peneira 24 código R1M. Similar ao Forseed.	361047	Saco	40	R\$ 804,73	R\$ 32.189,20
32.	Semente de <i>Brachiaria brizantha</i> cv. Marandu. Germinação: mínimo de 85%;	402201	Saco	10	R\$ 767,91	R\$ 7.679,10

	Pureza: mínimo de 60%; Valor Cultural: mínimo de 50%; Deve ser livre de sementes de invasoras. Saco de 20 kg. O produtor de sementes deve estar devidamente registrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e apresentar sistema de produção em conformidade com o Decreto 10.586/2020.					
33.	Inoculante líquido para tratamento de sementes de milho contendo <i>Azospirillum brasilense</i> , cepas AbV5 e AbV6(UFPR). Concentração mínima de $10^8$ unidades formadoras de colônia (UFC) $g^{-1}$ ou $mL^{-1}$ de inoculante. Prazo de validade superior a 90 dias. Frasco com 1,5 L. Similar ao Azocop.	411172	Litro	02	R\$ 271,00	R\$ 542,00
34.	Fertilizante uréia agrícola, com mínimo de 44% de nitrogênio, granulada, saco de 50 kg	223920	Saco	100	R\$ 333,81	R\$ 33.381,00

## 2 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 O presente Termo de Referência tem por objetivo a aquisição de materiais de consumo, de natureza comum, que serão utilizados pelos setores que compõem a Coordenação Geral de Gestão de Campo, como mecanismo indispensável para garantir a produção vegetal da instituição, bem como o suporte às aulas dos cursos superiores e técnicos, proporcionando melhor desenvolvimento das atividades pedagógicas do Ifes - Campus Santa Teresa, de acordo com as especificações e quantidades constantes neste Termo.

## 3 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS

3.1 Os bens a serem contratados enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do parágrafo único, do Art. 1º, da Lei nº 10.520/2002, pois, seus padrões de desempenho e qualidade foram objetivamente definidos neste instrumento, por meio de especificações usuais de mercado.

#### **4 FORMA DE PRESTAÇÃO E ACEITAÇÃO DOS BENS**

4.1 O prazo de entrega do objeto é de 10 dias, contados após o recebimento da nota de empenho e comprovação do recebimento pelo fornecedor, em remessa única, no seguinte endereço, **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - Campus Santa Teresa, rodovia ES 080, KM 93, São João de Petrópolis, Santa Teresa – ES, CEP: 29660-000**. Deverá ser entregue no setor de armazenamento de fertilizantes e recebido pela Coordenadoria de Patrimônio, Materiais e Suprimentos deste Campus, e, exclusivamente, em dias e horários de expediente da Instituição (das 07:00 às 11:00 horas e das 12:30 às 16:30 horas).

4.2 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.3 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.3.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.4 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

#### **5 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

5.1 São obrigações da Contratante:

5.1.1 receber o bem no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;

5.1.2 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do bem recebido provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3 notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da entrega dos bens, fixando prazo para a sua correção;

5.1.4 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no mínimo de 30 dias (úteis) após o ateste da Nota Fiscal;

5.1.6 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

5.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **6 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

6.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

6.2 Entregar os bens conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

6.3 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

6.4 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo responsável, os bens que apresentarem defeitos ou incorreções resultantes da entrega.

6.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

6.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

6.7 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante.

6.8 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.

6.9 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.



6.10 Manter-se durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.11 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da obrigação.

6.12 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.13 Os itens deverão ser entregues em embalagens individuais, deverá conter indicação de data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 12 (doze) meses no ato da entrega ou data de validade com no mínimo 90% de vigência.

## **7 DA SUBCONTRATAÇÃO**

7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **8 ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

8.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **9 CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

9.1 O acompanhamento e a fiscalização consistem na verificação da conformidade da entrega dos bens e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

9.2 A verificação da adequação dão bem deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

9.3 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento exigências, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.4 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

10.5 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade,

ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **10 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

10.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

10.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;

10.1.4 comportar-se de modo inidôneo;

10.1.5 cometer fraude fiscal;

10.1.6 não mantiver a proposta.

10.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

10.2.1 advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

10.3 multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

10.3.1 multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.3.2 em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

10.3.3 suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

10.3.4 impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

10.3.5 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

10.4 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

10.4.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.4.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.4.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

10.6 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.7 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 11 DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.2 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.5 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.10 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.12 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.14 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.15 Além do disposto no subitem acima, poderá a autoridade competente, na forma do art. 4º-F da Lei nº 13.979/20, dispensar a apresentação de documentação de regularidade fiscal (salvo a comprobatória de regularidade trabalhista), de forma excepcional e justificada, no caso de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviços

11.16 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.17 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.18 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo: EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga. I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:  $I = TX \div 100$   $I = (6 \div 100) = 0,00016438$   
TX = Percentual da taxa anual = 6

Santa Teresa-ES, 18 de janeiro de 2022.

**Victorio Birchler Tonini**

Coordenador Geral de Gestão de Campo – CGGC